

1. Contexto operacional

A Concessionária SRE-IP Vila Velha SPE S.A. (“Companhia ou Concessionária”), é uma companhia de ações de capital fechada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com sede na Rua Castelândia, nº 251, Bairro Cobilândia, Cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.111-310, que iniciou suas atividades em 15 de setembro de 2020. Todos os seus organizadores que representam a totalidade do capital social estão demonstrados abaixo:

Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.: pessoa jurídica com sede à Av. Juscelino K. de Oliveira, nº 154 – Blocos A, B, C – Bairro Lageado – Votorantim/SP, CEP.: 18.110-901, inscrita no CNPJ sob o nº 6.965.293/0001-28 e com participação acionária de 68%;

RT Energia e Serviços Ltda.: pessoa jurídica com sede à Rua José Coppio, nº 110 – Santo Antonio – Lorena/SP, CEP 12.608-635, inscrita no CNPJ sob o nº 11.091.314/0001-63 e com participação acionária de 12%; e

Engelmig Energia Ltda.: pessoa jurídica com sede à Av. Dr. Jorge Hannas, s/n – Bairro Ponte da Aldeia – Manhuaçu/MG, CEP 36.906-440, inscrita nº CNPJ sob o nº 21.066.139/0001-08 e com participação acionária de 20%.

A Companhia tem por objeto exclusivo, sob o regime de Parceria Público-Privada (PPP) com o Município de Vila Velha/ES, na modalidade de concessão administrativa, realizar a prestação de serviços de iluminação pública, abrangendo a implantação, instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a eficientização, a expansão, a operação e a manutenção da rede municipal de iluminação pública do Município de Vila Velha, conforme o Edital de Concorrência Pública nº 010/2020 (“Edital”) e o Contrato de Concessão Administrativa pertinente (“Contrato de Concessão”) junto à Prefeitura de Vila Velha/ES, enquadrando-se em Sociedade de Propósito Específico (SPE).

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, observado o prazo suficiente para o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

Contratação mensal – sistema de pagamento: A contratação mensal efetiva e o bônus sobre a conta de energia são calculados com base em índice de desempenho (ID) e fator de modernização (FME).

Período	FME
Período anterior ao cumprimento ao 1º marco	38%
Período subsequente ao cumprimento do 1º marco	75%
Período subsequente ao cumprimento do 2º marco	100%

- Na hipótese do não envio ou do envio parcial do relatório trimestral de indicadores pela Concessionária nos prazos delimitados, o fator de desempenho utilizado no cálculo da contraprestação mensal efetiva, será equivalente a 80%, até que o envio do relatório seja regularizado, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais previstas para esta hipótese. A movimentação do ativo de contrato está na Nota Explicativa nº 11.
- A Concessionária SRE-IP Vila Velha SPE S/A., visando resguardar direitos oriundos do contrato nº 214/2020 firmado com o Município de Vila Velha-ES, com a finalidade de prestação dos serviços de iluminação pública, protocolou no dia 27 de outubro de 2023, o pedido de instauração de procedimento arbitral perante à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Cindes/Findes. Respectivo procedimento encontra-se em tramitação para a sua efetiva instauração.

a) Plano da Administração de liquidez e fluxo de caixa da Companhia

A Concessionária vem cumprindo para com suas obrigações contratuais, tanto é que entregou as primeiras etapas do Plano de Investimentos, cumprindo os dois marcos legais de modernização e eficientização determinados dentro do seu Plano de Negócios. O resultado de tal cumprimento superou as expectativas contratuais com a redução da carga instalada em mais de 63%, gerando assim uma economia real para além do esperado ao Município, com a redução efetiva da conta de energia elétrica perante a Distribuidora.

Com a utilização de recursos de longo prazo obtidos junto ao BNDES, ao Bandes e ao Banestes, a Concessionária conseguiu uma estrutura de captação de longo prazo adequada para cumprir seus objetivos de gestão do caixa e complementação da modernização e eficientização. Entretanto, em função de descumprimentos contratuais por parte da Administração Pública Municipal, relacionados principalmente a ausências de pagamentos, a Concessionária se viu obrigada a instaurar em outubro de 2023 perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Cindes/Findes procedimento arbitral, visando resguardar seus direitos.

Diante de tal cenário, a Concessionária tem sofrido uma redução de seus recursos líquidos que estão sendo supridos por aportes dos acionistas até que haja uma solução definitiva, no procedimento mencionado acima, ainda em curso.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com práticas contábeis adotados no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 24 de abril de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo para fins de divulgação.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota Explicativa nº 21 – Instrumentos financeiros.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

4.1. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não são recuperáveis, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possam ser razoavelmente estimados.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes aos valores contábeis reconhecidas na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4.2. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os ativos construídos pela própria Companhia incluem custo de materiais alocados ao custo do imobilizado construído.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, conforme as taxas mencionadas abaixo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis e as taxas de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil em anos	% - Depreciação por ano
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Veículos	05 anos	20%
Computadores e periféricos	05 anos	20%

4.3. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

iv) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	05 anos
-----------	---------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

4.4 Redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

4.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é valorizado pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

4.6. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

4.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

i) Provisão de manutenção - Contrato de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

4.8. Receita operacional

ii) Receita de serviços manutenção

A receita operacional sobre os serviços de modernização e manutenção de iluminação é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. De acordo com o contrato do cliente e os conceitos do CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”.

A apropriação da receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento da receita.

4.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre rendimentos de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivo. As despesas financeiras abrangem basicamente despesas bancárias e juros passivos.

4.10. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual (regime lucro real).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuições sociais correntes e diferidas. Os impostos e contribuições correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício e não temos benefícios tributários.

4.11. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto de renda diferido reflete as consequências tributárias que seguiram a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas foram revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

4.12. Operações de arrendamento mercantil

IFRS 16/CPC 06 Estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor, a movimentação está na Nota Explicativa nº 12.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

5. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis

A partir de 1 de janeiro de 2024, as alterações esclarecem quais passivos possuem direito de postergar liquidação e se esses direitos existem na data de encerramento das demonstrações contábeis e, ainda, se a classificação entre circulante e não circulante impactaria a entidade de exercer o direito de postergação. As alterações também tratam que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio, os termos de um passivo não afetariam sua classificação. A Companhia até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

Alterações a IAS 7, CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 CPC 40 (R1) -Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores:

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2023	2022
Conta corrente	45	14
Aplicações financeiras (i)	2	29
Total	47	43

(i) Em 2023 houve resgate de Aplicações financeiras do Banco Banestes, apresentadas acima que tratam de fundo de investimento em cotas de Fundos de Investimento (FIs) renda fixa longo prazo crédito privado. Sua política de investimento determina aplicar em cotas de FIs que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais ou títulos privados, de qualquer espectro de risco de crédito, pré-fixados ou pós-fixados, cotas de fundos de investimento, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e operações compromissadas mantendo, no mínimo, 80% do seu PL relacionados à taxa de juros doméstica, a índices de preços ou ambos, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e de ações. Referente ao valor de R\$ 29 do Banco Bradesco, foi resgatado em janeiro de 2023.

7. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber é distribuída como segue:

	2023	2022
Receita incorrida e não faturada (a)	6.278	1.268
Total	6.278	1.268

(a) Devido ao poder concedente ainda não ter reconhecido a entrega efetiva dos marcos regulatórios, a concessionária está reconhecendo o faturamento pelo primeiro marco (38%), e só será reconhecido após o aceite do poder concedente.

8. Tributos a recuperar

	2023	2022
PIS e Cofins (i)	2.317	2.340
IPI a recuperar	463	465
IRRF a recuperar	106	29
IRPJ Saldo Negativo	96	63
Outros	10	10
Total	2.992	2.907
Circulante	1.074	989
Não circulante	1.918	1.918

(i) Valores referente aos insumos na compra de materiais e prestação de serviços dando a origem aos créditos de PIS e Cofins, serão amortizados conforme as receitas operacionais forem acontecendo.

9. Estoque

	2023	2022
Material de reposição	1.233	484
Total	1.233	484

10. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Custo			
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2022	144	309	453
Adições	2	-	2
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	146	309	455
Adições	5	-	5
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	151	309	460
Depreciação acumulada			
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2022	(24)	(46)	(70)
Depreciação no exercício	(29)	(62)	(91)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(53)	(108)	(161)
Depreciação no exercício	(30)	(62)	(92)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(83)	(170)	(253)
Valor líquido contábil			
Em 31 de dezembro de 2022	93	201	294
Em 31 de dezembro de 2023	67	139	207

11. Ativos de contrato de concessão de serviços

Os ativos de contrato de concessão de serviços são os equipamentos, a mão-de-obra e gastos gerais conforme o contrato de concessão. E o concessionário deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante a vigência de 20 anos desse contrato de prestação de serviço. A natureza de remuneração paga pela concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato e a contrapartida determina a contabilização que deve ser classificado como ativo de contrato durante o período de melhorias.

	2023	2022
Equipamentos	27.804	28.696
Mão de obra	3.121	3.630
Gastos gerais	3.546	3.665
Total	34.471	35.991
Ativos financeiro	6.667	7.295
Ativos de contrato	27.804	28.696

Segue movimentação dos ativos de contrato de concessão

	Bens reversíveis equipamentos	Mão de obra	Gastos gerais	Total
Saldo em 31/12/2021	26.639	2.429	1.808	30.876
Adições	3.177	1.592	2.014	6.783
(-) Amortização custo do contrato de concessão	(1.120)	(391)	(157)	(1.668)
Saldo em 31/12/2022	28.696	3.630	3.665	35.991
Adições	1.635	298	597	2.530
(-) Amortização custo do contrato de concessão	(2.527)	(807)	(716)	(4.050)
Saldo em 31/12/2023	27.804	3.121	3.546	34.471

11.1. Provisão para manutenção – Contrato de concessão

A Companhia constituiu provisão para manutenção tendo objetivo de mensurar o passivo com a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

	2023
Provisão para manutenção	3.200
Total	3.200

12. Direito de uso

A Companhia efetua arrendamento de imóveis conforme requerido nos contratos de licitação. Onde o prazo de vida útil utilizado para a o cálculo de depreciação está em linha com a expectativa de renovação dos contratos, considerando no máximo 05 anos para a sua realização. Segue abaixo a movimentação na adoção do CPC 06 (R2).

	Imóveis
Saldo final em 31/12/2021	1.182
Amortização	(63)
Saldo final em 31/12/2022	1.119
Amortização	(63)
Saldo final em 31/12/2023	1.056

12.1. Passivo de arrendamento mercantil

Saldo final em 31/12/2021	1.205
Pagamentos	(89)
Juros apropriados	43
Saldo final em 31/12/2022	1.159
Pagamentos	(88)
Juros apropriados	42
Saldo final em 31/12/2023	1.113
Circulante	49
Não circulante	1.064

13. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	671	228
Total	671	228

14. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Encargos financeiros		Vencimento	2023	2022
		média anual	Captação			
Limite Garantia	Banestes	7,44%+CDI	03.09.2021	10/03/2022	-	1.773
Financiamento (c)	BNDES	5,23%+1,10%	24/10/2022	15/03/2032	17.643	19.259
Limite Garantia	Banestes	8,99%	14/04/2023	15/05/2025	2.430	-
Total					20.073	21.032
Circulante					4.606	3.432
Não circulante					15.467	17.600

b) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Saldo 2022	Captações	Atualização monetária e juros		Pagamento de juros	Saldo 2023
			Pagamento principal	Pagamento de juros		
Limite garantia - Banestes	1.773	1.159	352	(2.933)	(351)	-
Financiamento BNDES (i)	19.259	-	1.209	(1.600)	(1.225)	17.643
Limite garantia - Banestes	-	3.054	390	(855)	(159)	2.430
Total	21.032	4.213	1.951	(5.388)	(1.735)	20.073

	Saldo 2021	Atualização monetária e Captações juros	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo 2022
Capital de giro – Banestes	9.848	-	1.275	(10.384)	-
Capital de giro – Pine	2.015	-	328	(2.000)	-
Limite garantia – Banestes	2.349	2761	543	(3.390)	1.773
Limite garantia – Pine	4.219	698	1048	(5.406)	-
Financiamento BNDES	-	19.200	208	-	(149)
Total	18.431	22.659	3.402	(21.180)	21.032

(i) Empréstimo obtido junto ao BNDES na modalidade capital de giro, é destinado a modernização e eficiência da rede municipal de iluminação pública do município de Vila Velha, no Espírito Santo.

Em 19 de setembro de 2022, a Companhia firmou em conjunto com BNDES, contrato de financiamento mediante a abertura de crédito de no valor total de R\$ 24.000 divididos em 2 subcréditos:

- Subcréditos A nº 22.200.641/019: valor de R\$ 12.000, os recursos são compostos do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT, corresponde a taxa IPCA 5,23%aa + spread do BNDES de 1,10%a.a ; foi liberado no dia 24 de outubro de 2022 o valor de R\$ 9.600; e
- Subcrédito B nº 22.200.641/027: valor de R\$ 12.000 a ser provido dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima – FNMC, corresponde a taxa IPCA 2,11%aa, foi liberado no dia 24 de outubro de 2022 o valor de R\$ 9.600.

Para os valores liberados no montante de R\$ 19.200, foi emitida carta fiança no nº 2.087.806-1, emitida pelo Banco Bradesco S.A, com vigência de 12 meses.

Segue abaixo a memória de cálculo dos índices:

EBITDA	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(5.672)	(4.606)
(+) Resultado financeiro	4.303	4.680
(+) Depreciação e Amortização	155	154
(=) EBITDA	(1.214)	(228)
(+) Amortização ativo contrato ¹	4.050	1.668
(=) EBITDA Ajustado	2.836	1.899

	31/12/2023	31/12/2022
(A) Geração operacional de Caixa (GOC)		
(=) EBITDA Ajustado	2.836	1.899
(-) Imposto de renda pago	-	-
(-) Contribuição social pago	-	-
(=) GOC	2.836	1.899
(B) Serviço da dívida (SD)		
(+) Amortização principal	1.600	1.213
(+) Pagamento de Juros	1.225	980
(=) SD ²	2.825	2.193
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) = (A)/(B)=ou > 1,30	100,00	0,87

ICP (Índice de capital próprio) = ou > 0,20	31/12/2023	31/12/2022
Total aporte	15.000	15.000
Saldo financiamento	20.073	21.032
Somatório dos recursos	35.073	36.032
ICP	0,43	0,42

¹ Amortização ativo de contrato conforme prazo do contrato da concessão.

² O montante de R\$ 2.193, foi liquidado com recursos próprios e o valor de R\$ 21.267 foi liquidado com o financiamento BNDES.

As principais cláusulas restritivas do contrato do financiamento com BNDES descritos acima são as seguintes:

- Quando o ICSD for igual ou superior a 1,30 a Cliente poderá distribuir recursos independentemente de anuência prévia;
- Quando o ICSD for inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) e igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), a CLIENTE poderá distribuir até 25% (vinte e cinco por cento) do resultado, independentemente de anuência prévia;
- Quando o ICSD for inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), fica vedada a distribuição de resultados pela CLIENTE, sem prévia anuência do BNDES;
- Em qualquer das hipóteses anteriores deverá ser observado o ICP igual ou superior a 0,20;
- Em qualquer das hipóteses anteriores, o BNDES deverá ser comunicado previamente.

Os covenants financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para os exercícios findos em janeiro a dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais. A Companhia não atingiu o índice de ICSD esperado ficando com 0,87 e o ICP atingiu o índice ficando com 0,42, conforme memória de cálculo acima para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As condições do pagamento de empréstimos de capital de giro são:

- a) Carência principal 6 meses os juros serão pagos em 4 parcelas trimestrais e sucessivas;
- b) Carência principal 6 meses os juros serão pagos mensalmente; e
- c) Carência principal 6 meses os juros serão pagos mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as parcelas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

2024	-	2.133
2025	2.133	2.133
2026 a 2031	13.334	13.334
Total	15.467	17.600

c) Cláusulas restritivas de contratos de empréstimos (“covenants”)

As cláusulas de covenants, mantidas nos contratos da CONCESSIONARIA SRE-IP VILA VELHA SPE S/A., relacionamos abaixo as cláusulas dos contratos ativos, que resultem em vencimento antecipado das obrigações contratuais, se tiver a seguintes ocorrências

- A recusa, negativa ou ausência de constituição de toda e qualquer garantia, nas condições, prazos e valores solicitados e estipulados pelo BANCO, ainda que advenha de solicitação posterior da data de assinatura do instrumento;
- O pedido, decreto ou deferimento de recuperação judicial ou extrajudicial, de falência ou de autofalência, ou de intervenção ou de liquidação, ou a insolvência civil ou morte, ocorridas em quaisquer das hipóteses em jurisdição nacional e/ou internacional, bem como o início de processo de dissolução societária;
- A penhora de qualquer bem dado em garantia em execução promovida por outro credor;

- A apuração de falsidade ou inexatidão de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido prestada, firmada ou entregue pelo emitente ou pelos avalistas ou pelos terceiros garantidores ou por quaisquer de seus prepostos ou mandatários;
- A mora e/ou o inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária, não sanada em até 05 (cinco) dias do recebimento de notificação enviada à emitente neste sentido, e/ou obrigações pecuniárias, junto ao banco ou a qualquer das empresas integrantes do grupo econômico;
- Se, sem prévia e expressa anuência do banco, vierem a sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- A ocorrência de comprovada mudança na situação econômica capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou;
- A realização de alienação, cessão, doação, contribuição ao capital social ou a transferência, por qualquer meio, de bens ativos ou direitos de sua propriedade que comprovadamente possam levar ao descumprimento de obrigações previstas no contrato;
- A existência de qualquer demanda judicial ou administrativa ou arbitral ou extrajudicial ou demanda análoga que, a critério do banco, possa colocar em risco a(s) garantia(s) eventualmente constituída(s) e o cumprimento de obrigações assumidas na CCB; e
- A não renovação, o cancelamento, a revogação ou a suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pelo emitente ou pelos avalistas ou pelos terceiros garantidores, que afete de forma significativa o regular exercício de suas atividades, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas.

15. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas decorrem substancialmente de contratos de mútuos a pagar, cujas condições são específicas e acordadas entre as partes, as atualizações monetárias seguem a taxa CDI mensal, conforme demonstrados a seguir:

	2023	2022
Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	14.765	7.736
Engelmig Energia Ltda.	2.614	764
RT Energia e Serviços Ltda	2.493	1.294
Total	19.872	9.794
Despesas financeiras - Variação monetária (Nota Explicativa nº 20)		
Splice Indústria	1.331	437
RT Energia	222	74
Engelmig	162	50
Total	1.715	561

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia, é de R\$ 15.000 totalmente subscrito e integralizado, representado por 15.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	Participação	Nº por lote de mil ações
Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	68,00%	10.200
Engelmig Energia Ltda.	20,00%	3.000
RT Energia e Serviços Ltda.	12,00%	1.800
Total	100,00%	15.000

b) Reserva legal

Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzido à parcela de 5% para a constituição da reserva legal, e não excederá a 20% do capital social.

c) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos conforme o contrato de concessão, ficara condicionada aos limites fixados pela lei 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da mesma lei.

17. Receitas operacional líquida

	2023	2022
Receita de prestação de serviços iluminação	2.612	1.603
Receita de prestação de serviços iluminação a faturar	5.009	1.079
Total de receita bruta	7.621	2.682
PIS/Cofins	(242)	(148)
ISS	(129)	(80)
PIS/Cofins diferido	(416)	(100)
ISS diferido	-	(54)
IPI	(2)	-
ICMS	(2)	-
Total da receita operacional líquida	6.830	2.300

18. Custo de manutenção iluminação

	2023	2022
Custo amortização ativo de contrato (i)	(4.050)	(1.668)
Gastos com manutenção	(3.233)	-
Total	(7.283)	(1.668)

(i) Custo orçado que é atualizado pelo prazo de do contrato de concessão 20 anos e calculado pelo percentual dos marcos (cronograma) estipulado.

19. Despesas administrativas e comerciais

	2023	2022
Bens natureza não permanentes	(1)	(5)
Serviços de terceiros	(443)	(155)
Comunicação	-	(5)
Depreciação	(92)	(91)
Despesas de escritório e informática	(4)	(13)
Amortização direito de uso (IFRS 16)	(63)	(63)
Instalações	(71)	(83)
Despesas legais	(55)	(9)
Impostos e taxas	(16)	(3)
Outros	(221)	(131)
Total	(966)	(558)

20. Resultado financeiro

	2023	2022
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	-	32
Descontos obtidos	1	2
Variação monetária ativa	59	8
Total	60	42
Despesas financeiras		
Juros passivos	(241)	(2.321)
IOF	(69)	(319)
Despesas bancárias	(76)	(14)
Taxa Administrativa	(708)	(262)
Despesas arrendamento mercantil (Nota Explicativa nº 12.1)	(42)	(44)
Variação monetária partes relacionadas (Nota Explicativa nº 15)	(1.715)	(561)
Variação monetária	(1.512)	(1.201)
Total	(4.363)	(4.722)
Resultado financeiro	(4.303)	(4.680)

21. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura do gerenciamento de risco

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não tem política de contratar instrumentos financeiros derivativos no gerenciamento desses riscos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	45	14
Contas a receber	6.278	1.268
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 6)	2	29
Total	6.325	1.311

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	2023	2022
Fornecedores (Nota Explicativa nº 13)	671	228
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 14)	20.073	21.032
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 15)	19.872	9.794
Total	40.616	31.054

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais.

b) Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa de valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos estão classificados conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas a seguir:

	2023		
	Valor justo	Ativo financeiro ao custo amortizado	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	45	-	-
Aplicações financeiras	2	-	-
Contas a receber	6.278	-	-
Total do ativos financeiros	6.325	-	-
Fornecedores	-	-	671
Empréstimos e financiamentos	-	-	20.073
Partes relacionadas	-	-	19.872
Total dos passivos financeiros	-	-	40.616

	2022		
	Valor justo	Ativo financeiro ao custo amortizado	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	14	-	-
Aplicações financeiras	29	-	-
Contas a receber	1.268	-	-
Total do ativos financeiros	1.311	-	-
Fornecedores	-	-	228
Empréstimos e financiamentos	-	-	21.032
Partes relacionadas	-	-	9.794
Total dos passivos financeiros	-	-	31.054

Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão indexadas às operações de empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário atual.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de juros de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos		
	Saldo em 2023	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	20.073	3,72%	747
25% de apreciação da taxa	20.073	1,86%	373
Cenário atual	20.073	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	20.073	(1,86%)	(373)
50% de desvalorização da taxa	20.073	(3,72%)	(747)

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos		
	Saldo em 2022	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	21.032	3,72%	782
25% de apreciação da taxa	21.032	1,86%	391
Cenário atual	21.032	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	21.032	(1,86%)	(391)
50% de desvalorização da taxa	21.032	(3,72%)	(782)

Cenário da exposição	Aplicação financeira		
	Saldo em 2022	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	29	3,72%	1
25% de apreciação da taxa	29	1,86%	1
Cenário atual	29	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	29	(1,86%)	(1)
50% de desvalorização da taxa	29	(3,72%)	(1)

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Para este fim, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os níveis demonstrados abaixo, observando a importância e relevância dos inputs usados para a mensuração do valor justo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia.

Para os empréstimos e financiamentos a Companhia entende que o valor justo corresponde ao seu valor contábil. Os mesmos foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações cuja liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

2023	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Total	Valor justo das demais categoria	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3				
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	45	-	-	45	-	45	45
Contas a receber	6.278	-	-	6.278	-	6.278	6.278
Aplicações financeiras	2	-	-	2	-	2	2
Total	6.325	-	-	6.325	-	6.325	6.325
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	20.073	20.073	20.073
Partes relacionadas	-	-	-	-	19.872	19.872	19.872
Fornecedores	-	-	-	-	671	671	671
Total	-	-	-	-	40.616	40.616	40.616

2022	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3				
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	14	-	-	14	-	14	14
Contas a receber	1.268	-	-	1.268	-	1.268	1.268
Aplicações financeiras	29	-	-	29	-	29	29
Total	1.311	-	-	1.311	-	1.311	1.311
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	21.032	21.032	21.032
Partes relacionadas	-	-	-	-	9.794	9.794	9.794
Fornecedores	-	-	-	-	228	228	228
Total	-	-	-	-	31.054	31.054	31.054

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros foram determinados conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

As aplicações financeiras apresentadas acima tratam de fundo de investimento em cotas de Fundos de Investimento (FIs) renda fixa longo prazo crédito privado. Sua política de investimento determina aplicar em cotas de FIs que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais ou títulos privados, de qualquer espectro de risco de crédito, pré-fixados ou pós-fixados, cotas de fundos de investimento, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e operações compromissadas mantendo, no mínimo, 80% do seu PL relacionados à taxa de juros doméstica, a índices de preços ou ambos, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e de ações;

- Para as operações de empréstimos e financiamentos, a Administração concluiu que os saldos reconhecidos contabilmente refletem preponderantemente o valor justo, uma vez que a remuneração dessas operações se aproxima significativamente da taxa de desconto que seria utilizada para descontar os fluxos futuros de pagamentos a valor presente. Além disso, os empréstimos e financiamentos foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações indexadas à flutuação do CDI taxa que seria utilizada para trazer a valor presente os valores futuros das amortizações, ademais sua liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

23. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades operacionais e cível.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade cível e operacional	13.715

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza e peculiaridade, não foram auditadas por nossos auditores independentes.

* * *

Antonio Roberto Beldi
Diretor

Ricardo de Souza Adenes
Diretor

Edivaldo Ferreira Portela
Contador CRC 1SP128744/O-3